

# A produção de conhecimento sobre trabalho docente no Brasil: uma revisão da literatura especializada no assunto

**Resumo:** O estudo analisa a produção científica sobre o trabalho docente no Brasil tendo por base artigos científicos publicados entre 2011 e 2019, em língua portuguesa, em periódicos nacionais e internacionais indexados ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foram examinados, a partir da análise de conteúdo, 185 estudos que, a despeito de sua diversidade teórica, foram agrupados em seis categorias analíticas, a saber: trabalho docente: natureza e significado; trabalho docente: política, gestão e avaliação; precarização e intensificação do trabalho docente; trabalho docente como ação pedagógica e(ou) educativa; trabalho docente, saúde e qualidade de vida e, trabalho docente, mídias e novas tecnologias. A análise sugere um amplo processo de precarização, intensificação e controle do trabalho docente, bem como o avanço e a incorporação de novas mídias e tecnologias ao processo de trabalho. Tais aspectos reconfiguraram as atividades e as responsabilidades dos professores com desdobramentos substantivos em sua saúde e qualidade de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho docente. Profissão docente. Produção de conhecimento.

**Nadson Santana Reis**

Universidade de Brasília

nadsonsr@hotmail.com

**Pedro Alves Castro**

Universidade Federal Fluminense

profpacastro@gmail.com

**Berta Leni Costa Cardoso**

Universidade do Estado da Bahia

bertacostacardoso@yahoo.com.br

**Claudio Pinto Nunes**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

claudionunesba@hotmail.com

(1) O trabalho docente – categoria central desse espaço temático – abarca o conjunto das atividades realizadas em sala de aula, que envolve o ensino e a aprendizagem, como, também, a elaboração de planejamento de atividades, construção de propostas político-pedagógicas e a própria gestão escolar, que implicam formas coletivas de realização do trabalho na escola e a articulação dessa com as famílias e com a comunidade. (DUARTE et al., 2008)

## Introdução

O trabalho docente<sup>1</sup>, no Brasil, emerge como objeto sistemático de pesquisa educacional apenas no final da década de 1970. Como tal, os temas centrais orbitavam em torno da organização do trabalho docente e da gestão da escola que, por seu turno, abriram espaços para as discussões sobre a profissionalização e a proletarianização docentes, bem como a organização escolar e a feminização do magistério. (OLIVEIRA, 2003)

Mais tarde, no final dos anos 1980, as pesquisas sobre o trabalho docente no país incorporaram temas relacionados a aspectos culturais, raciais ou étnicos, relações de gênero e questões de subjetividade, estando ainda atentas às reformas educacionais que sinalizavam a necessidade de um novo professor, com habilidades e competências voltadas aos anseios do mercado. (HYPÓLITO, 1994)

Na década de 1990, Tumolo e Fontana (2008, p. 172) indicam que “[...] os autores que pesquisaram o trabalho docente [...], na sua quase totalidade, fizeram-no restringindo suas análises ao processo de trabalho”. O que se fez, conforme Mancebo (2007),

articulado com temáticas relacionadas à formação docente e sua “profissionalização”.

Mais recentemente, no início dos anos 2000, Mancebo (2007), avaliando a agenda de pesquisa do aludido trabalho no contexto da América Latina, identifica dois eixos centrais em torno dos quais tal produção se organiza. O primeiro envolve questões relativas ao trabalhador docente e o segundo problematiza o produto do trabalho dos professores, isto é, a formação e a produção de conhecimentos. No primeiro eixo, a autora localiza temas relacionados à precarização, à intensificação e à flexibilização do trabalho docente, além da “descentralização gerencial” e da submissão das instituições e dos docentes a rigorosos e múltiplos sistemas avaliativos. No segundo eixo, por outro lado, a autora assinala a presença de discussões sobre os impactos das reformas educacionais, a integração da educação à esfera produtiva e as novas demandas postuladas para a ciência e para a tecnologia.

Duarte (2010), por sua vez, avaliando a produção acadêmica sobre trabalho docente na educação básica entre os anos de 1987 e 2007, mostra que o trabalho docente tem sido analisado sob diferentes aspectos, ou seja, levando em consideração questões como gênero, identidade, perfil, representações, formação docente, práticas docentes, saberes docentes, condições e relações de trabalho, natureza e processo de trabalho, saúde e mal-estar docente, sindicalismo e impacto das novas tecnologias sobre o trabalho docente. Caldas (2010), por outro lado, com escopo semelhante, também constata a presença de temáticas relacionadas à identidade e representação social do trabalho docente, às condições de trabalho, às questões de gênero e de formação de professores, bem como à relação professor-aluno.

Os deslocamentos na agenda de pesquisa sobre o trabalho docente, em destaque acima, só podem ser compreendidos, conforme Mancebo (2007), levando-se em consideração pelo menos dois aspectos centrais, quais sejam: as reformas educacionais que se iniciam nos anos de 1980 (HYPÓLITO, 1994; OLIVEIRA, 2003; TUMOLO; FONTANA, 2008) e o desenvolvimento de “[...] pesquisas pós-modernas e multiculturalistas na educação, muitas de caráter etnográfico, que davam mais destaque ao cotidiano da escola e aos sujeitos envolvidos no processo educacional [...]”. (MANCEBO, 2007, p. 468)

Na direção apontada pelos estudos em tela e considerando, segundo Birgin (2000), o contexto de avanço e de intensificação do gerencialismo e da hiperburocratização das escolas, bem como a formatação de uma nova cultura institucional, atrelada ao grande número de pesquisas sobre trabalho docente no país (ANDRÉ; ENS, 2005), cabe questionar qual a agenda recente da pesquisa sobre o trabalho docente no Brasil e, além disso, mapear as temáticas e a finalidade desses estudos. Isso porque o novo contexto tem levado o trabalho docente a incorporar – tendencialmente – a competitividade, a meritocracia, a produtividade, a desprofissionalização, a subordinação, a alienação, a fragmentação da categoria profissional, a precarização e a intensificação do trabalho como marcas perversas de uma “nova” forma de fazer e experimentar a docência que, por certo, impactam a agenda de pesquisa e o trabalho dos pesquisadores dedicados à questão.

Desse modo, compreender, nesse contexto, como a literatura especializada no assunto vem tratando o trabalho dos professores, no país, constitui tarefa fundamental para a apreensão dos fatores e dos elementos que atravessam o aludido trabalho. Por isso, o estudo em tela buscou analisar a produção de conhecimento sobre o trabalho docente veiculada em periódicos nacionais e internacionais em língua portuguesa, entre os anos de 2011 e 2019 com vistas a identificar as principais temáticas abordadas. Isso na tentativa de responder as demandas por compreensão daquilo que, mais recentemente, tem sido produzido, no Brasil, sobre o tema em destaque.

## Delineamento metodológico

Essa pesquisa se caracteriza como uma revisão de literatura, isto é, uma pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado assunto e, por isso, implica em reunir conhecimentos, (re)construir redes de pensamento e conceitos (GOMES; CAMINHA, 2014), bem como selecionar, caracterizar e avaliar estudos. (SAMPAIO; MANCINI, 2007)

Assim, buscou-se apreender os temas, os objetos e as abordagens que estão sendo privilegiados na produção de conhecimento sobre o trabalho docente em língua portuguesa, no Brasil. Nessa direção, como fonte de análise utilizou-se artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais, veiculados em português e indexados ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiço-

amento de Pessoal de Nível Superior (Capes), base eletrônica de dados que se configura como uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil produção científica nacional e internacional com vistas a reduzir o déficit e os desnivelamentos regionais no acesso à informação científica.

A opção por artigos científicos se deve ao fato de que eles representam, em grande medida, a produção mais geral, constituindo, na atualidade, no principal meio de comunicação e divulgação científica. (CASTIEL; SANZ-VALERO; MEI-CYTED, 2007)

Os artigos analisados foram selecionados a partir do descritor “trabalho docente”, tomando, para tanto, o intervalo entre os anos de 2011 e 2019 como recorte temporal. Os trabalhos selecionados, para análise, foram localizados a partir da “Busca Avançada” – ferramenta disponível no referido portal – devendo atender, invariavelmente, aos seguintes critérios: a) adotar o formato de artigos científicos digitais decorrentes de pesquisas empíricas; b) ser publicados em português; c) estar indexados ao Portal de Periódicos da Capes; d) ser veiculado em periódico, nacional ou internacional, cuja revisão é feita por pares; e, e) ter sido publicado entre os anos de 2011 e 2019, conforme anunciado.

O marco inicial desse recorte temporal se deve ao fato de que, em 2011, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º. 4.167, que o pagamento do Piso Salarial do Magistério, no setor público, nos termos estabelecidos pela Lei n.º. 11.738/2008, passou a valer a partir de 27 de abril de 2011 – data do julgamento definitivo sobre a norma no plenário do STF. Por isso, a escolha desse marco temporal obedece ao entendimento de que, nesse contexto, a “Lei do Piso” – como ficou conhecida – alterou, com enormes limites, a organização do trabalho docente, bem como sua remuneração – aspectos essenciais para se pensar/avaliar as condições desse mesmo trabalho.

O sistema de busca do próprio banco de dados foi à ferramenta utilizada para empreender tal tarefa. No decorrer do levantamento, buscando filtrar todos os artigos que tratavam do tema, além da leitura dos títulos, procedeu-se também a análise dos resumos e das palavras-chave (1ª fase) e, em casos específicos, a leitura do artigo completo (2ª fase), conforme as proposições de Bracht e demais autores (2011). Nesse sentido, a 2ª fase envolveu a leitura

daqueles trabalhos cuja decisão não podia prescindir de uma leitura criteriosa e aprofundada.

Os artigos científicos selecionados foram examinados a partir da análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011), reúne procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens voltados à compreensão crítica do sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas.

## Resultados e discussões

A busca eletrônica no referido portal resultou em 2.031 artigos. A primeira análise, empreendida no próprio portal e atenta aos critérios de inclusão e exclusão anunciados anteriormente, filtrou 211 artigos. A segunda fase, desenvolvida a partir de leitura cuidadosa, atenta e rigorosa, dos trabalhos completos, com vistas à classificação/categorização do *corpus* de pesquisa previamente selecionado, implicou na exclusão de 26 artigos – artigos repetidos, resultados de pesquisas teóricas, fora do escopo da temática e/ou do formato de artigos científicos. Tais procedimentos levaram à análise efetiva de 185 trabalhos que, considerando a diversidade de temáticas, foram agrupados em seis categorias analíticas.

Tais categorias, desenvolvidas a partir da análise do próprio material empírico, informam as abordagens e temáticas gerais da produção em avaliação, a saber: trabalho docente: natureza e significado (18,9% da produção), trabalho docente como ação pedagógica e/ou educativa (17,8%), trabalho docente: política, gestão e avaliação (16,3%), precarização e intensificação do trabalho docente (16,3%), trabalho docente, saúde e qualidade de vida (11,9%) e trabalho docente, mídias e novas tecnologias (9,7%). Os “Outros” (9,1%) restantes não obedeceram a essa classificação, nem formaram percentual superior a 2% da produção – critério estabelecido para a formação das categorias. Trata-se de pesquisas cujos temas envolvem o desenvolvimento histórico do trabalho docente, da carreira e da profissão; as implicações entre currículo, poder e trabalho docente; indisciplina e trabalho docente; a questão sindical; e, por fim, o uso de dispositivos de autoconfrontação em investigação sobre o trabalho docente.

Tais categorias representam, no contexto da produção de conhecimento sobre o trabalho docente, mais do que um informativo

sobre os temas presentes e(ou) recorrentes na produção de conhecimento sobre essa questão, mesmo porque elas podem funcionar como um recurso importante na indicação dos elementos que, na atualidade, formatam, conformam e indicam a natureza desse tipo particular de trabalho.

### **Trabalho docente: natureza e significado**

A categoria “Trabalho docente: natureza e significado” reúne pesquisas que buscam discutir questões relacionadas à natureza e aos significados do trabalho docente. Para tanto, os estudos levantam as especificidades e as finalidades do trabalho docente com a intenção de descortinar seus sentidos e significados, bem como problematizar as atribuições, responsabilidades e atividades próprias do ofício de professor.

Lüdke e Boing (2007), Caldas (2010) e Duarte (2010), em estudos com propósitos semelhantes, isto é, com a intenção de investigar e sistematizar a produção de conhecimento sobre o tema em questão, embora com escopos diferentes, também identificam um conjunto de trabalhos relacionados a essa categoria. Indica, desse modo, que as questões tratadas pelo conjunto dos pesquisadores dessa categoria são recorrentes na literatura especializada no assunto.

No conjunto da produção analisada, muitas vezes, a expressão “trabalho docente” é apresentada como um sinônimo de outras expressões, a exemplo de “trabalho pedagógico”, “trabalho de professores”, “agir docente”, “fazer pedagógico”, “atividade docente” e, em alguns poucos casos, como “docência”. Traço, também, identificado por Lüdke e Boing (2007). Tal variedade semântica revela a polissemia que atravessa o campo científico que, não obstante, é resultado de orientações teórico-metodológicas diversas que marcam o tema em questão.

Apesar disso, o trabalho docente é apresentado, na grande maioria dos estudos analisados, como um tipo particular de trabalho que expressa uma síntese de relações sociais mediadas por sentidos diversificados, entrecruzados, ambivalentes e contraditórios (RAITZ; SILVA, 2014) que, não raras vezes, são marcados por contradições que tangenciam as habilidades e competências demandadas na contemporaneidade, assim como pelo processo de sucateamento da educação pública, pelas políticas educacionais e pela precarização das relações de trabalho (SOUZA; OLIVEIRA, 2013).

Sinaliza, dessa forma, que a maioria de seus pesquisadores tem clareza de que o trabalho em questão – que envolve o ensino, a aprendizagem, a gestão escolar, a articulação com a família e com a comunidade, bem como a construção de planejamentos e/ou de propostas político-pedagógicas – apesar de suas especificidades, não está isento das múltiplas determinações que atravessam, medeiam e formatam os processos gerais de trabalho na sociedade urbano-industrial capitalista.

Por isso, o trabalho docente – diante dos processos de reforma e regulação educacional implementados – é tomado, na grande maioria das pesquisas, como uma modalidade de trabalho que sofre um amplo processo de reconfiguração e reordenamento. A proletarização das atividades dos professores, a redefinição das relações entre trabalho-educação e teoria-prática, a incorporação de mecanismos de regulação e controle que limitam a autonomia do professor e seu poder de decisão, os incrementos de novas responsabilidades e atribuições, a ascensão da meritocracia e do comportamento produtivo são exemplos e expoentes desses processos de ajustamento.

Por outro lado, estudos como o de Fernandes (2012) apontam que as reformas educacionais, calçadas em princípios gerencialistas e performáticos, são responsáveis ainda pelas profundas alterações na natureza do trabalho dos professores que assumem responsabilidades na gestão educacional. Esse profissional, de articulador no âmbito da escola, passou, nesse novo contexto, ainda conforme o autor, a ser responsável pela disseminação das medidas oficiais e pelo controle das atividades docentes. Tal questão aponta que as novas mudanças, que atravessam o trabalho docente, demandam novos trabalhadores com habilidades para gerir pessoas e projetos e, ainda, novas formas de gestão sintonizadas com setores produtivos e liberais da sociedade capitalista.

Em menor escala, os artigos buscam também discutir os estereótipos do trabalho docente. Dametto e Esquinsani (2015), por exemplo, que analisam reportagens veiculadas em dois semanários de circulação nacional, criticam as representações que associam o trabalho docente feminino com valores vinculados ao sacerdócio, à vocação e à maternidade, bem como à vulnerabilidade física e à frivolidade – representações ainda hoje cristalizadas e, por vezes, recorrentes nas falas de professores, especialmente nos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I. Para esses autores,

a materialidade da profissão parece repercutir com maior intensidade na mulher professora, já que ela se apresenta como objeto das contingências, lidando diretamente com condições adversas que são resultado do enorme abandono da escola – sobretudo da escola pública.

Nessa direção, o trabalho docente acompanha as metamorfoses do mundo do trabalho, configurando-se num obstáculo importante aos pressupostos de uma educação crítica, libertadora e emancipatória, mesmo porque tais mudanças tem potencial para o aprisionamento da criatividade, da liberdade e das intencionalidades próprias dos professores. Leite (2013), fazendo resistência a essa tendência, argumenta que há a necessidade e a possibilidade do trabalho docente ser desenvolvido mediante conexão orgânica entre as novas tecnologias e a ética, partindo, no cotidiano escolar, da categoria práxis como atividade fundante do ser social.

Em síntese, a análise dos trabalhos em questão indica que o trabalho docente – enquanto categoria – é percebido como um tipo particular de trabalho, síntese de relações mediadas por sentidos variados, complexos e contraditórios que, não obstante, são marcados pelo processo de desvalorização da educação, sobretudo a pública, pelas políticas educacionais de corte neoliberal e pela precarização das relações de trabalho. Por isso, as pesquisas que procuram definir a natureza e o significado do trabalho docente o fazem, em sua grande maioria, considerando os determinantes políticos da profissão de professor, as reconfigurações do trabalho docente na atualidade, a proletarianização e profissionalização docente, a questão da reorganização escolar, as políticas de valorização do magistério e as condições de trabalho docente.

#### **Trabalho docente como ação pedagógica e/ou educativa**

A categoria “Trabalho docente como ação pedagógica e/ou educativa” congrega investigações que procuram apresentar resultados de práticas de ensino, refletir sobre experiências formativas, avaliar práticas pedagógicas e problematizar sobre limites e possibilidades de determinadas atividades em situações concretas de ensino e de aprendizagem. Nesse sentido, a expressão “trabalho docente”, nessa categoria, é tomada como sinônimo e(ou) expressão correlata de “trabalho pedagógico”, “prática de ensino”, “docência” e “ação docente”.

Lüdke e Boing (2007), Mancebo (2007), Caldas (2010), Duarte (2010) e Maia e Hobold (2014), nessa mesma direção, ao sistematizarem a literatura especializada no assunto, identificam uma série de trabalhos preocupados com os processos de trabalho na escola, isto é, com o trabalho relacionado ao ensino e à aprendizagem.

Assim, os estudos dessa categoria buscam compreender os meandros e as interconexões entre o trabalho prescrito, realizado, real e representado. Ou seja, como o conjunto de tarefas prescritas em documentos e(ou) normatizações (trabalho prescrito) se efetiva em situações reais de ensino e de aprendizagem (trabalho realizado), que, não obstante, abarca atividades não realizadas, suspensas, contrariadas ou impedidas (trabalho real) e, também, um discurso ou uma “linguagem sobre o trabalho” (trabalho representado), isto é, a avaliação e interpretação do agir docente pelos sujeitos envolvidos no processo.

Nessa direção, Ramos e Silva (2016) asseguram que a não concretização de atividades planejadas pelo professor evidencia que o trabalho real configura-se como uma prática enigmática marcada por imprevistos e suspensões. Esse aspecto sinaliza a complexidade da ação docente e aponta para sua dependência de circunstâncias, contextos e contingências.

Nogueira e Catanante (2011), por outro lado, asseguram que o professor não é um mero executor de prescrições que incidem sobre o ensino e a aprendizagem, assim como o uso de novos artefatos materiais ou simbólicos. Para esses autores, o trabalho docente, enquanto ação pedagógica, implica em mobilização, pelo professor, de seu ser integral em situações de planejamento, aula e avaliação. Nesse processo, tal trabalhador busca criar meios que viabilizem a aprendizagem de um conjunto de conteúdos e saberes, assim como o desenvolvimento de capacidades específicas relacionadas a determinados conteúdos. Para tanto, orienta-se por um projeto de ensino prescrito por instâncias superiores com a utilização de instrumentos obtidos do meio social e na interação com diferentes sujeitos que, de forma direta ou indireta, estão envolvidos no aludido processo.

Santos e demais autores (2017), analisando os limites e as possibilidades do trabalho docente, avaliam que a prática docente necessita ser constantemente refletida e repensada de forma crítica, de modo que o docente necessite reler – constantemente – o contexto que o cerca, deparar-se com novas realidades, manter-se

sempre atualizado e perceber-se como sujeito na sociedade contemporânea. Para esses autores, os pontos positivos e negativos que interferem no trabalho docente estão diretamente atrelados à realidade social que transcende o contexto escolar e, consequentemente, a prática pedagógica.

Por sua vez, Costas e Honnef (2015) asseguram que o trabalho docente articulado se mostra uma prática bastante exequível. No entanto, argumentam que para essa prática conjunta acontecer, de fato, a estrutura organizacional das instituições de ensino e as práticas pedagógicas necessitam ser repensadas. Até porque, são imprescindíveis mais professores, melhores condições de trabalho e, principalmente, tempo de trabalho coletivo para planejamento, diálogo sobre proposições, desenvolvimento, anseios, expectativas, emoções e sentimentos.

Porcaro (2011), avaliando os desafios que marcam o trabalho docente do professor de jovens e adultos, identifica, como desafio a heterogeneidade cognitiva, motivacional e etária; a falta de materiais didáticos específicos; a baixa autoestima; o alto índice de evasão e a rigidez institucional na organização dos currículos; além da falta de espaço institucional para discussão de uma proposta pedagógica para esse público e a ausência de um coordenador pedagógico com formação em educação de jovens e adultos. Além disso, a juvenilização, o cansaço e os problemas de saúde dos educandos, a falta de estrutura das salas, a falta de transporte escolar, a violência e os baixos salários dos professores constituem entraves importantes para o trabalho nessa modalidade de ensino.

Como possibilidade, esse autor sugere uma ação docente ancorada na utilização da monitoria colaborativa; no diálogo franco; e, na criatividade para criar e adaptar materiais; assim como a adequação de temas e conteúdos; a busca de cursos de formação continuada; a pesquisa bibliográfica; a participação em reuniões, seminários, congressos e fóruns; a utilização da internet como fonte de pesquisa; a consideração das especificidades dos alunos; o desenvolvimento de um trabalho integrado; o planejamento coletivo; a utilização de recursos audiovisuais e concretos; bem como, os registros do trabalho desenvolvido; e o desenvolvimento de aulas dinâmicas que relacionem com as vivências dos alunos.

Há ainda no conjunto de trabalhos em análise, nessa categoria, reflexões sobre os conceitos de igualdade e de diferença e de que forma eles escamoteiam mecanismos tácitos e silenciosos inerentes

à educação sexual com base nas relações entre corpo-poder-saber, bem como, concepções e percepções docentes sobre a interdisciplinaridade e como as diferentes compreensões de contextualização do ensino, encontradas em documentos curriculares oficiais, implicam a organização do trabalho pedagógico.

Pelo apresentado, os trabalhos em destaque nessa categoria tomam o trabalho docente prioritariamente como o processo de trabalho realizado em sala de aula, ou seja, aquele que diz respeito aos processos de ensino e de aprendizagem. Ao fazê-lo, contudo, a grande maioria de seus pesquisadores, circunscrita ao processo de trabalho, prescinde do entendimento de que, como parte da totalidade constituída pelo trabalho no capitalismo, o trabalho pedagógico está submetido à lógica e às contradições que marcam a fase tardia do capital.

### **Trabalho docente: política, gestão e avaliação**

A categoria “Trabalho docente: política, gestão e avaliação” reúne trabalhos decorrentes de pesquisas que buscam avaliar, discutir, refletir e problematizar a relação entre o trabalho docente e as políticas educacionais das últimas décadas, bem como as novas formas de gestão e as avaliações em larga escala. Nesse sentido, os estudos apontam para alterações e interferências substantivas no trabalho docente, o que inclui, dentre outras coisas, a limitação da autonomia do professor, a regulação e o controle da atividade docente e a reorganização e a intensificação de seu trabalho. Aspectos também apontados em estudos correlatos. (CALDAS, 2010; DUARTE, 2010; LÜDKE; BOING, 2007; MAIA; HOBOLD, 2014; MANCIBO, 2007)

No conjunto de estudos levantados, as políticas educacionais, sob a influência de organismos multilaterais, levaram – na nova fase de reestruturação do capitalismo – a um “novo” patamar de valorização da educação. (CAÇÃO, 2013) Essa valorização se desdobrou em reorganização do trabalho pedagógico, assim como na reorientação da atividade docente e na redefinição do perfil dos novos profissionais da educação.

Nessa direção, as recentes políticas educacionais, desenvolvidas a partir da lógica da regulação educativa, colocaram as instituições educacionais numa espécie de “corrida” por resultados, que se desdobraram em um conjunto de intervenções balizadas por mecanismos e instrumentos de controle com o propósito de

assegurar padrões de eficiência e eficácia no desenvolvimento de tais políticas. (AUGUSTO, 2012)

Como isso, o Estado-gestor, buscando organizar a administração pública, adotou o gerencialismo como modelo de gestão das políticas educacionais. Nesse modelo, a nova gestão da educação passou a adotar um conjunto de diretrizes que incluem critérios de produtividade, orientação para o cliente, descentralização, eficiência dos serviços, introdução de mecanismos de mercado na regulação pública, programas de responsabilização – *accountability* – e avaliação, além das parcerias público-privado e do quase-mercado.

Por isso, conforme Hypolito (2012), a lógica neoliberal e gerencialista que interpela os sujeitos, as instituições educacionais e os professores passaram a construir uma subjetivação que conduz a comportamentos de aceitação, consentimento, produtivismo e desempenho. Ademais, o controle e a regulação introduziram um volume de requisitos para o professorado que passou a ser responsabilizado e culpado pelo seu desempenho e, conseqüentemente, pelos resultados educacionais.

As avaliações de desempenho dos professores e as avaliações institucionais das escolas e dos sistemas de ensino ampliam os processos de precarização e intensificação do trabalho docente. Mesmo porque, avaliações centradas em resultados, definidas sem a participação dos professores – e de toda comunidade escolar/educacional – não levam em consideração fatores intervenientes e(ou) determinantes na formação/construção dos resultados educacionais. Por isso, Cunha, Gouveia e Fernandes (2015) afirmam que a preocupação com metas e índices sobrepõe à discussão da proposta pedagógica, esvaziando o trabalho docente de seu sentido articulador e integrador.

Desse modo, tais avaliações reatualizam práticas pedagógicas neotecnicistas, performativas, gerencialistas e de controle do currículo. Santos e Sabia (2015), nessa linha, argumentam que as implicações envolvem ainda a utilização das avaliações como critério de aprovação (ou não); como modelo para elaboração de novas avaliações; realização de treinamento dos alunos para a avaliação; utilização da avaliação externa como avaliação da aprendizagem; direcionamento e controle do trabalho docente; foco estritamente nos componentes curriculares; currículo prescrito; regulação do trabalho docente e limitação da autonomia do professor.

Nesse formato, as avaliações não têm como meta retroalimentar o trabalho pedagógico, mas comprometer os professores com a realização de atividades subservientes às demandas dos setores produtivos e às imposições estatais com a utilização de instrumentos nacionais e internacionais.

As políticas educacionais, a gestão e a avaliação, em síntese, conforme os trabalhos analisados, passaram a ser desenvolvidas a partir da lógica da regulação educativa. Ciente disso, a literatura avaliada nessa categoria assinala, de modo assertivo, que tal lógica levou as instituições educacionais e os seus profissionais a uma busca frenética por resultados.

Nesse contexto, os pesquisadores, de maneira coerente, asseguraram que o Estado, a partir de uma gestão gerencialista, baliçou o trabalho docente por critérios de produtividade, orientação para o cliente, descentralização e eficiência nos serviços – traços sintonizados com a gestão e a administração liberais. O que, para os trabalhos analisados, resultou em políticas educacionais, em gestão escolar e em avaliações voltadas à realização de metas e índices, sobrepondo-se à discussão pedagógica e esvaziando o trabalho docente de seu sentido político-articulador-integrador. O que acarreta danos à educação e ao trabalho de seus profissionais.

### **Precarização e intensificação do trabalho docente**

A categoria “Precarização e intensificação do trabalho docente” agrupa pesquisas que discutem os processos de ampliação e alargamento das atividades dos professores, bem como a precarização das condições de trabalho e a correspondente desvalorização do trabalho e da profissão<sup>2</sup>. Lüdke, Boing (2007), Mancebo (2007), Caldas (2010), Duarte (2010) e Maia, Hobold (2014), de igual modo, também identificam tais questões na bibliografia analisada.

Tais processos, que não são sinônimos, na maioria das análises, são relacionados à reestruturação produtiva que permitiu a flexibilização dos vínculos, das relações, da jornada e das condições de trabalho. O professor, enquanto um trabalhador intelectual, assiste e resiste à proletarianização de suas atividades. Nesses termos, o trabalho e o trabalhador docente vivenciam o trabalho precário e precarizado.

Cóssio (2015), por exemplo, assinala que a intensificação, a desvalorização e a precarização do trabalho docente estão assentadas nas recentes reformas educacionais. Essas reformas, focalizadas na

(2) Para essa categoria, cabe apontar que a precarização do trabalho docente está relacionada “[...] à baixa remuneração; à desqualificação e fragmentação do trabalho do professor; à perda real e simbólica de espaços de reconhecimento social; à heteronomia crescente e ao controle do professor em relação ao seu trabalho. Enfim, referem-se a uma situação de pauperização que empurra a antiga categoria, inserida, por seu status, nas classes médias, em direção ao status e condições de vida semelhantes aos de setores proletarianizados, aspecto visível até mesmo nas grandes universidades públicas, nas quais proliferam as (sub)contratações temporárias de professores.” (MANCEBO, 2007, p. 470, grifo do autor) Já a intensificação do regime de trabalho está relacionada, conforme a própria autora, com “[...] as mudanças ocorridas na jornada de trabalho de ordem intensiva (aceleração na produção num mesmo intervalo de tempo) e extensiva (maior tempo dedicado ao trabalho)”. (MANCEBO, 2007, p. 470) A flexibilização do trabalho docente, por sua vez, está relacionada à celebração e implementação de contratos de trabalho mais ágeis e econômicos. São os contratos que produzem os trabalhadores “temporários”, “precários”, “substitutos” que aprofundando um “[...] mercado de trabalho diversificado e fragmentado, composto por poucos trabalhadores centrais, estáveis, qualificados e com melhores remunerações e um número cada vez maior de docentes periféricos, temporários, em mutação e facilmente substituíveis”. (MANCEBO; FRANCO, 2003, p. 193)

“aprendizagem para todos”, envolvem governos, fundações, institutos, organizações não governamentais (ONGs) e a presença forte do empresariado brasileiro. Tais agentes, por meio dessas políticas, influenciam a gestão dos sistemas e das instituições, os currículos, os sistemas avaliativos, os materiais pedagógicos e a ação docente. Um problema decorrente disso é a responsabilização, consequente, dos professores pelos resultados educacionais, sejam eles indicativos de sucesso ou de fracasso sem, contudo, averiguar condições de acesso e implementação da educação, sobretudo, pública.

A redução dos salários, a ampliação das jornadas e a flexibilização dos contratos de trabalho, na interpretação de Oliveira (2017a), representaram um recuo histórico importante. Por outro lado, a implantação de uma cultura avaliacionista, marcada pela violência simbólica, pelo adoecimento e pela crise de mobilização que se aprofundou, sobretudo a partir dos anos 1990, corroborou para a degradação e flexibilização do trabalho do professor. A crise de mobilização da categoria, segundo Oliveira (2017b), é mais um elemento a ser compreendido como instrumento da precarização do trabalho dos professores, na medida em que representa a fragmentação da categoria.

A propalada precarização, na análise de Iório e Lélis (2015), tem relação com os baixos salários, com a intensificação das tarefas, a ausência de uma política de formação e de uma lógica organizacional que favoreça a partilha de saberes entre os professores. Essa precarização está alocada em uma realidade material marcada por antagonismos de classe em que o capital se apropria do conhecimento como um dos instrumentos de dominação.

Por outro lado, na avaliação de Caetano e Neves (2012), a insatisfação com a docência tem relação com a crescente desvalorização, os baixos salários e as precárias condições de trabalho. A intensificação, complexificação da profissão e diversificação das tarefas docentes – em função de um conjunto de transformações sociais – sobrecarrega o professorado, potencializa o seu esgotamento e dificulta a sua atualização profissional.

Como se observa, a ampliação e alargamento das atividades dos professores, bem como a precarização das condições de trabalho e a correspondente desvalorização do trabalho e da profissão são traços apontados pelos pesquisadores como características flagrantes do trabalho docente nesse novo contexto.

Assim, de modo coerente, a literatura avaliada sinaliza as conexões entre tais processos e a reestruturação produtiva que atravessa, reconfigura e arremata os processos gerais de trabalho no capitalismo contemporâneo. Esse entendimento da literatura, não obstante, a faz relacionar, como desdobramentos desses processos, os fenômenos da proletarianização, da flexibilização dos vínculos, das relações, da jornada e das condições de trabalho. Por isso, o trabalho docente tende, nessa abordagem, de maneira assertiva, a ser colocado como mais uma das inúmeras formas contemporâneas de trabalho precário e precarizado.

### Trabalho docente, saúde e qualidade de vida

A categoria “Trabalho docente, saúde e qualidade de vida” agrupa estudos que tematizam os processos de saúde e qualidade de vida dos professores. São, portanto, pesquisas que investigam as repercussões do trabalho docente no processo saúde-doença e seu impacto na qualidade de vida desse profissional. Por isso, a tese fundamental dessas investigações reside na correlação entre trabalho e saúde. Para tanto, os trabalhos avaliam os fatores de risco – ambientais, psicossociais e institucionais –, bem como as condições de intensificação e precarização do trabalho dos professores com vistas a identificar seus desdobramentos no bem-estar dos docentes. Tais questões são também identificadas por Caldas (2010) e Duarte (2010), além de serem consideradas como emergentes por Maia e Hobold (2014).

Nessa direção, há – no conjunto dos textos analisados – a defesa de uma relação orgânica entre trabalho, saúde e qualidade de vida, de modo que a infraestrutura – ausente ou precária – e a intensificação e precarização do trabalho funcionam como agentes que influenciam negativamente a saúde dos professores. O tema da sobrecarga de trabalho, por exemplo, é recorrente, prevalecendo a ideia de menor disponibilidade de tempo para cuidados com a saúde, o lazer, a alimentação, as atividades físicas, o repouso, a higiene e a prevenção de doenças.

Nesse contexto, Pereira e demais autores (2014), por exemplo, indicam, a partir de estudo empírico, que os docentes que trabalham mais horas por semana apresentam menores índices de qualidade de vida. Além disso, aqueles com mais anos de serviço na profissão revelam, também, menores índices de qualidade de vida em relação a aspectos físicos e relações sociais. As horas trabalhadas – confor-

me os autores – foi o principal fator associado aos menores escores de qualidade de vida na amostra investigada. Os professores que ocupam cargos de gerência e(ou) supervisão apresentaram, contudo, para os autores em destaque, maiores escores de qualidade de vida em comparação com aqueles que estão em sala de aula.

Entretanto, Bossoi e Pereira (2013, p. 1211), em desacordo, apontam que a procura de ajuda médica e(ou) psicológica é mais frequente justamente entre docentes de programas de pós-graduação, que, não obstante, estão mais expostos à pressão no trabalho e, portanto, mais propensos ao adoecimento, sobretudo àqueles com maior “[...] diversidade de atividades – quase todas obrigatórias, delimitadas e consideradas parâmetro de avaliação do desempenho acadêmico individual e coletivo”.

Por outro lado, as consequências prejudiciais à vida social e à saúde do professor decorrem, no âmbito da literatura analisada, de aspectos sócio institucionais – gestão educacional heterônoma, precarização e intensificação do trabalho – e psicossociais – não-reconhecimento no trabalho, conflitos identitários e competitividade nas relações. O agravamento e a deterioração da saúde do professor, quando intimamente ligada a formas autoritárias e rígidas de gestão escolar, podem levar ao desenvolvimento da síndrome de Burnout, que Freire (2015) considera ser um distúrbio psíquico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso.

Meira (2014), avaliando a percepção dos professores sobre o trabalho docente e suas repercussões na saúde, verificou que os professores analisados precisavam de assistência para sua saúde física e mental. Tal necessidade decorre, segundo o autor, do fato de o trabalho docente ser considerado exigente e requerer disciplina, muito embora seja subvalorizado, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de distúrbios musculoesqueléticos e emocionais. A alta tensão, ainda conforme o autor, representa o maior risco de transtornos físicos e mentais. A perda de voz, por exemplo, impede que os professores continuem seu papel social, elimina a sua identidade profissional e compromete sua carreira.

Arbex, Souza e Mendonça (2013), investigando a readaptação funcional dos professores, consideraram os quadros de saúde que levam aos afastamentos como resultante de processos multifatoriais gerados por condições coletivas de trabalho que envolvem, por exemplo, a sobrecarga de trabalho. Sua resolução, por outro lado, exige intervenções institucionais de caráter coletivo para

a promoção de ambientes laborais mais saudáveis – um desafio ainda sem solução.

A grande quantidade de alunos e seus problemas comportamentais foram, por outro lado, os estressores mais frequentes num estudo sobre os fatores estressores de professores da educação inclusiva (SILVEIRA et al., 2014). A despeito disso, a sobrecarga de serviço e a percepção de pouca preocupação governamental em fornecer subsídios para o trabalho docente, nessa modalidade de ensino, foram apontados como elementos intervenientes na condição de saúde dos docentes pesquisados. A partir disso, os autores sugerem intervenções sistemáticas e periódicas para a promoção do bem-estar entre os professores.

A precariedade subjetiva vivenciada nas instituições de ensino leva ao desgaste mental e físico, os quais, por sua vez, podem ter como consequência o sofrimento psíquico e o adoecimento. Bernardo (2014) argumenta que os professores são conscientes dos processos que vivenciam e, por isso, muitos deles, adotam táticas individuais e cotidianas de “sobrevivência”, enquanto as estratégias coletivas com vistas à transformação dessas questões ainda são pouco enfatizadas.

Pelo teor do debate apresentado acima, fica nítido que os pesquisadores que pautam a questão do trabalho docente, da saúde e da qualidade dos professores o fazem assertivamente em diálogo com aspectos relacionados às condições objetivas e subjetivas em que esse trabalho se desenvolve. Por isso, a literatura investigada reserva atenção especial aos determinantes do processo saúde-doença. O que inclui a intensificação do trabalho, a flexibilização de suas relações e a precarização de suas condições.

Tais condições são, então, assinaladas pela literatura especializada como fatores que influenciam negativamente na saúde e na qualidade de vida dos professores que, sobrecarregados, apresentam menores escores de saúde e qualidade de vida. Nesses termos, indicando uma espécie de ciclo vicioso, muitos pesquisadores correntemente sinalizam que a dilatação do trabalho docente impacta na redução da disponibilidade de tempo desses profissionais para cuidados com a saúde e com os outros fatores que a atravessam. O que sinaliza a demanda por políticas de valorização do trabalho docente e de atenção à jornada de trabalho e às condições de saúde desse trabalhador.

## Trabalho docente, mídias e novas tecnologias

A categoria “Trabalho docente, mídias e novas tecnologias” aglutina resultados de pesquisas que refletem sobre a relação entre o trabalho docente, as mídias e as novas tecnologias. São estudos preocupados em discutir e avaliar a incorporação, os processos de significação e os usos das mídias e das novas tecnologias na atividade profissional docente. Esse tema também é identificado nos estudos de Lüdke e Boing (2007) e Duarte (2010).

Nesse contexto, a grande maioria das pesquisas assegura que as mídias e as novas tecnologias estão cada vez mais presentes no cotidiano dos docentes. Elas são responsáveis por diversificar, complexificar e intensificar o trabalho dos professores. Mesmo porque, a incorporação das novas tecnologias e das mídias, na educação, acaba por requerer permanente dedicação, empenho e tempo de trabalho (extenso e prolongado) dos professores. Desse modo, o tempo dedicado à profissão torna-se maior do que o esperado e viável para seus profissionais, podendo redundar em jornadas exaustivas que levem à redução da saúde.

As tecnologias digitais, para Cecílio e Araújo (2013), por exemplo, são utilizadas como ferramenta e não se mostram indispensáveis para o desenvolvimento das atividades docentes. Em razão do uso delas, a secundarização do professor no processo de ensino e de aprendizagem é temida por alguns. Entretanto, apesar de a internet e o computador estarem presentes no cotidiano da maioria dos professores, sua apropriação pedagógica ainda é insuficiente.

Almeida (2012), descortinando sobre o uso do audiovisual na educação, evidenciou que agregar a reflexão nos processos de significação de mensagens e trabalhar a relação escola/criança/vídeo/TV, numa perspectiva crítica e dialógica, permite à escola uma atuação positiva na recepção e capacitação dos educandos para atitudes de reflexão e de crítica.

Nessa mesma linha, Subtil (2013), relacionando os conceitos de tecnologias/meio comunicacionais e processos cognitivos, formativos, bem como com trabalho docente, argumenta pela necessidade de se empreender esforços para promover conteúdos que, além dos conhecimentos científicos, facilitem o acesso e a produção de diferentes linguagens – visuais, musicais, poéticas, digitais –, favorecendo, assim, canais de expressão e comunicação sem esquecer que a multimídia é também um lugar onde se situam a oralidade, a escrita e a memória.

Noutra direção, Silva Júnior e Martins (2013) e Benini, Fernandes e Araújo (2015) analisam a expansão da educação a distância (EaD) no Brasil conjugada com o trabalho dos professores que atuam nessa modalidade de ensino. Os primeiros, por sua vez, asseveram que a EaD secundariza o papel do professor e prioriza o surgimento e consolidação do tutor como mero apêndice do processo educacional. Os últimos, noutro sentido, constataram que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) constituem a base objetiva dos discursos e das práticas sobre a democratização do acesso ao ensino superior no país. Essa democratização foi atestada pelo crescimento vultoso de matrículas, na primeira década do século XXI, no ensino superior brasileiro na modalidade à distância. Tal crescimento, entretanto, conforme os autores argumentam, têm engendrado contradições aos professores como a intensificação, a alienação, a precarização e a divisão do trabalho docente no país.

Pelo debate apresentado, e considerando o avanço das mídias e das novas tecnologias no cotidiano da escola e dos docentes, é possível indicar que o conjunto dos pesquisadores que se dedica a refletir sobre essa questão, de forma diversa, oscila entre, pelo menos, dois polos, isto é, àqueles que sinalizam como tais ferramentas contribuem para os processos – já em cursos – de intensificação e precarização dos processos de trabalho docente e, por outro lado, àqueles que advogam e defendem a importância da incorporação de novas formas comunicativas e interativas, que são viabilizadas pelas novas tecnologias, no ambiente educacional. Seja como for, é flagrante a compreensão de que as novas tecnologias são responsáveis contemporaneamente por diversificar e complexificar o trabalho dos professores.

A despeito disso, muitos pesquisadores dessa questão, de forma lógica, não negligenciam o fato de que é incompleta e desigual a inclusão digital brasileira, bem como sua apropriação pedagógica. Desse modo, tais estudiosos asseguram corretamente que a apropriação das mídias e das novas tecnologias na educação nacional não pode prescindir de um debate público acurado e comprometido sobre o acesso a tais tecnologias.

## Considerações finais

Esse artigo analisou a produção de conhecimento sobre o trabalho docente no Brasil no período de 2011 a 2019. Utilizou-se,

para tanto, artigos científicos publicados em língua portuguesa em revistas indexadas ao Portal de Periódicos da Capes como fonte de pesquisa.

A análise e organização dessa produção em seis categorias analíticas – trabalho docente: natureza e significado (18,9%), trabalho docente como ação pedagógica e(ou) educativa (17,8%), trabalho docente: política, gestão e avaliação (16,3%), precarização e intensificação do trabalho docente (16,3%), trabalho docente, saúde e qualidade de vida (11,9%) e trabalho docente, mídias e novas tecnologias (9,7%) – indicam as principais temáticas e(ou) problemáticas sobre as quais, nesse período, a comunidade científica tem se dedicado a investigar.

Nesse sentido, tais categorias ajudam a compreender o campo científico em destaque, bem como entender as prioridades na agenda de pesquisa nesse período, além de viabilizar o levantamento de lacunas e, sobretudo, de possibilidades de novas produções. Ademais, tal categorização sinaliza que contemporaneamente diferentes aspectos do trabalho docente têm sido investigados, problematizados, refletidos e discutidos pelos pesquisadores brasileiros. Por outro lado, essa variedade de aspectos sugere a complexificação do trabalho docente na atualidade.

A atenção aos percentuais de cada categoria, de outra parte, não aponta uma concentração de trabalhos em torno de uma ou de outra questão. Seu exame, noutra direção, assinala – até certo ponto – um equilíbrio entre os temas abordados. O que difere, por exemplo, das considerações de Duarte (2010) que advogam a concentração em torno de temas relativos à formação docente e aos impactos das reformas educacionais sobre o trabalho docente.

A despeito disso, e considerando a diversidade de questões tratadas, é flagrante a preocupação dos pesquisadores do trabalho docente com os acontecimentos e determinantes políticos, econômicos e sociais que atravessam o trabalho em discussão. Isso significa que a grande maioria das pesquisas científicas, mesmo aquelas voltadas a temas emergentes como é o caso dos estudos sobre o trabalho docente e as novas TICs, está atenta às alterações e consequências promovidas pelas recentes reformas educacionais, pelos processos de precarização e intensificação do trabalho, bem como pelo novo avanço tecnológico considerando, ademais, o contexto social, político e econômico mais amplo.

Cabe destacar ainda nessas considerações que, no Brasil, não se construiu uma unidade semântica em torno da questão, visto que a expressão “trabalho docente”, ainda hoje, é apresentada por vários pesquisadores como um sinônimo de “trabalho pedagógico”, “trabalho de professores”, “agir docente”, “fazer pedagógico”, e, em alguns poucos casos, como “docência” e “processos de ensino”.

Essa polissemia está relacionada, de um lado, com a própria variedade de atribuições que compõe o chamado trabalho docente – atividades relacionadas ao ensino e à aprendizagem, planejamentos de ensino e a construção das propostas político-pedagógicas, além da gestão escolar e da articulação da escola com as famílias e com a comunidade – bem como, de outro lado, com a pluralidade das orientações teórico-metodológica que orientam tais pesquisas. Tal variedade semântica, não obstante, coloca uma importante limitação nesse estudo que, por sua vez, optou por trabalhar na busca dos artigos apenas com o descritor “trabalho docente”.

Por isso, recomenda-se, para novos estudos dessa natureza, ampliar o número de descritores a fim de contemplar a diversidade de sentidos e significados que atravessam a questão, isso na tentativa de apanhar a totalidade de sua produção, assim como a polissemia que marca o campo científico em destaque. Ainda como sugestão, orienta-se atentar para as particularidades do trabalho docente nos diferentes níveis (infantil, fundamental, médio/profissional, superior) e nas distintas modalidades de ensino (presencial, à distância, especial, educação de jovens e adultos).

Por fim, alerta-se para o fato de que apreender o trabalho docente como objeto de pesquisa supõe atenção aos amplos, complexos e contraditórios processos que o perpassa. O que implica compromisso ético e político, sobretudo de desmistificar, problematizar e refletir sobre as novas e as velhas formas de trabalho que ainda marcam a docência no Brasil. Tarefa necessária e pertinente.

## The knowledge production about teaching work in Brazil: a review of the specialized literature on the subject

**ABSTRACT:** The study analyzes the scientific production on teaching work in Brazil based on scientific articles published between 2011 and 2019, in Portuguese, in national and international journals indexed to the Journal Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes). From the content analysis, 185 studies were analyzed which, despite their theoretical diversity, were grouped into six analytical categories, namely: teaching work: nature and meaning; teaching work: policy, management and

evaluation; insecurity and intensification of teaching work; teaching work as a pedagogical and(or) educational action; teaching work, health and quality of life; and, teaching work, media and new technologies. The analysis suggests a broad process of precariousness, intensification and control of teaching work, as well as the advancement and incorporation of new media and technologies to the teaching work process. Such aspects reconfigured the activities and responsibilities of teachers with substantial consequences for their health and quality of life.

**KEYWORDS:** Teaching work. Teaching profession. Knowledge production.

## La producción de conocimientos sobre el trabajo docente en Brasil: una revisión de la literatura especializada en el tema

**RESUMEN:** El estudio analiza la producción científica sobre el trabajo docente en Brasil en base a artículos científicos publicados entre 2011 y 2019, en portugués, en revistas nacionales e internacionales indexadas en el Portal de la Revista de la Coordinación para la Mejora del Personal de Educación Superior (Capes). A partir del análisis de contenido, se analizaron 185 estudios que, a pesar de su diversidad teórica, se agruparon en seis categorías analíticas, a saber: trabajo docente: naturaleza y significado; trabajo docente: política, gestión y evaluación; inseguridad e intensificación del trabajo docente; el trabajo docente como acción pedagógica y/o educativa; trabajo docente, salud y calidad de vida; y, trabajo docente, medios y nuevas tecnologías. El análisis sugiere un amplio proceso de precariedad, intensificación y control del trabajo docente, así como el avance e incorporación de nuevos medios y tecnologías al proceso de trabajo docente. Dichos aspectos reconfiguraron las actividades y responsabilidades de los docentes con consecuencias sustanciales para su salud y calidad de vida.

**PALABRAS CLAVE:** Trabajo docente. Profesión docente. Publicaciones periódicas como asunto

## Referências

ALMEIDA, B. Mídia audiovisual como recurso auxiliar na prática de alfabetização. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 36, n. 61, p. 381-400, jan. 2012.

ANDRÉ, M. E; ENS, R. T. A formação de professores nas dissertações e teses da área de educação no Brasil: um estudo comparativo. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TRABALHO. Congresso Internacional de Educação e Trabalho. 1., 2005, Aveiro. [Anais]...* Aveiro, Portugal: Universidade de Aveiro, 2005.

ARBEX, A. P. S.; SOUZA, K. R.; MENDONÇA, A. L. O. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, jan. 2013.

- AUGUSTO, M. H. Regulação educativa e trabalho docente em Minas Gerais: a obrigação de resultados. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 695-709, set. 2012.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENINI, E. G.; FERNANDES, M. D. E.; ARAUJO, C. B. Z. M. Educação a distância: configurações, políticas e contradições engendradas no trabalho docente. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 14, n. 29, p. 67-92, jun. 2015.
- BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: O desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 129-139, 2014.
- BIRGIN, Alejandra. Novas regulações do trabalho docente: o caso da reforma Argentina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 111, p. 95-113, dez. 2000.
- BRACHT, V. et. al. Educação Física Escolar como tema da produção do conhecimento nos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte I. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 11-34, 2011.
- CAÇÃO, M. I. Desafios da formação docente no curso de pedagogia: aligeiramento e pragmatismo. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 21, n. 84, p. 1-22, 2013.
- CAETANO, E.; NEVES, C. E. P. Relações de gênero e precarização do trabalho docente. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, v. 9, n. 33e, p. 251-263, out. 2012.
- CALDAS, A. R. Estudos sobre trabalho docente. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 353-365, maio/ago., 2010.
- CASTIEL; L. D.; SANZ-VALERO; J.; MEI-CYTED, R. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3041-3050, 2007.
- CECÍLIO, S.; ARAÚJO, D. O. S. Professores e tecnologias digitais no ensino superior: tendências de uso e implicações para a subjetividade de professores. *Roteiro*, Joaçaba, v. 38, n. 2, p. 337-364, jul. 2013.
- CÓSSIO, M. F. Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente. *E-curriculum*, São Paulo, v. 13, n. 4, 2015.
- COSTAS, F. A. T.; HONNEF, C. Educação especial na perspectiva inclusiva: implicações para o trabalho docente articulado no ensino médio e tecnológico. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Arizona, v. 23, n. 1, 2015.
- CUNHA, R. C. O. B.; GOUVEIA, A. B.; FERNANDES, M. J. S. Implicações das avaliações externas para o trabalho docente coletivo. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 26, n. 62, p.386-416, 2015.

DAMETTO, J.; ESQUINSANI, R. S. S. Mae, mulher ... professora! questões de gênero e trabalho docente na agenda educacional contemporânea. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 37, n. 2, p. 149-157, 2015.

DUARTE, A., *et al.* Envolvimento docente na interpretação do seu trabalho: uma estratégia metodológica. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 133, p. 221-236, jan./abr. 2008.

DUARTE, A. A produção acadêmica sobre trabalho docente na educação básica no Brasil: 1987-2007. *Educar em Revista*, Curitiba, n. especial 1, p. 101-117, 2010.

FERNANDES, M. J. S. O professor coordenador pedagógico nas escolas estaduais paulistas: da articulação pedagógica ao gerenciamento das reformas educacionais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 799-814, 2012.

FREIRE, P. A. A relação entre assédio moral e esgotamento mental (Síndrome de Burnout) em educadores. *Acesso Livre*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 93-106, jun. 2015.

GOMES, I. S.; CAMINHA, I. O. Guia para estudo de revisão sistemática: uma opção para as ciências do movimento humano. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 395-411, 2014.

HYPÓLITO, A. M. *Processo de trabalho docente: uma análise a partir das relações de classe e gênero*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

HYPÓLITO, A. M.. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 21, n. 38, p. 59-78, jan. 2012.

IÓRIO, A. C. F.; LÉLIS, I. Precarização do trabalho docente numa escola de rede privada do subúrbio carioca. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 155, p. 138-154, 2015.

LEITE, I. Trabalho docente em perspectiva sócio-histórica: a posição de classe do professor e os desafios contemporâneos. *Revista Histedbr On-line*, v.13, n. 49, p. 164-176, jul. 2013.

LÜDKE, M.; BOING, L. A. O trabalho docente nas páginas de Educação e Sociedade em seus (quase) 100 números. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n 100, p. 1179-1201, out. 2007.

MAIA, T. C. S.; HOBOLD, M. S. Estado da arte sobre formação de professores e trabalho docente. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 39, p. 3-14, 2014.

MANCIBO, D. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 99, p. 466-482, ago. 2007.

- MANCIBO, D.; FRANCO, M. E. D. P. Trabalho docente: uma análise das práticas intelectuais em tempos de globalização. In: DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (org.). *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003. p. 191-204.
- MEIRA, T. R. M. Percepção dos professores sobre o trabalho docente e suas repercussões na saúde. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 27, n. 2, p. 276-282, 2014.
- NOGUEIRA, A. L. H.; CATANANTE, I. T. Trabalho docente e desenvolvimento das atividades simbólicas: considerações para o ensino fundamental de nove anos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 175-190, abr. 2011.
- OLIVEIRA, D. A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A. (org.). *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-38.
- OLIVEIRA, M. E. Precarização e resistência docente: memórias de greves e crise de mobilização na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. *Revista Izquierdas*, Santiago, v. 35, p. 287-317, 2017a.
- OLIVEIRA, M. E. "Professor, você trabalha ou só dá aula?": o fazer-se docente entre história, trabalho e precarização na SEE-SP. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, v. 16, n. 70, p. 381-382, maio 2017b.
- PEREIRA, E. F. *et al.* O trabalho docente e a qualidade de vida dos professores na educação básica. *Revista de Salud Pública*, Bogotá, v. 16, n. 2, p. 221-231, 2014.
- PORCARO, R. C. Os desafios enfrentados pelo educador de adolescentes e adultos não se desenvolvem a partir do trabalho de seu professor. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, n. 25, p. 38-57, jan. 2011.
- RAITZ, T. R.; SILVA, C. D. L. Trajetórias identitárias e sentidos do trabalho docente para professores universitários. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 204-213, abr. 2014.
- RAMOS, M. A. B.; SILVA, C. R. A linguagem construindo/constituindo/consolidando o trabalho docente: o que revelam os modos de dizer sobre o agir do professor? *Signótica*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 233-256, 2016.
- SANTOS, A. R. J. *et al.* Alguns limites e possibilidades da prática pedagógica no contexto escolar. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, v. 16, n. 69, p. 245-254, fev. 2017.
- SANTOS, U. E.; SABIA, C. P. P. Percurso histórico do Saresp e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 354-385, 2015.
- SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SILVA JÚNIOR, J. R.; MARTINS, T. B. Formação e certificação em massa e abordagens do multiculturalismo e das competências na educação a distância: implicações ao trabalho docente. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, v. 13, n. 51, p. 238-251, set. 2013.

SILVEIRA, K. A. *et al.* Indicadores de estresse e *coping* no contexto da educação inclusiva. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 127-142, 2014.

SOUZA, T. M. V. C.; OLIVEIRA, C. A. H. S. Trabalho docente: representações sociais em professores de uma universidade pública. *Psico*, Porto Alegre, v. 44, n. 4, p. 590-600, jan. 2013.

SUBTIL, M. J. D. Tecnologias e meios comunicacionais na educação: a necessária reflexão sobre formação e trabalho docente. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, v. 13, n. 52, p. 402-415, nov. 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.167. Relator Ministro Joaquim Barbosa. Brasília, DF, 24 jul. 2011. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=626497>. Acesso em 18 nov. 2018.

TUMOLO, P. S.; FONTANA, K. B. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. *Educação e Sociedade*, v. 29, n. 102, p. 159-180, jan./abr. 2008.

---

Submetido em: 21/08/2019  
Aceito em: 03/07/2020